

LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI

CNPJ - MF: 00.243.723/0001-11

Associação de amparo e Proteção à Criança e ao Adolescente

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 2294 (08-10-97)

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.035 (10-07-98)

Conselho Nacional de Assistência Social Res. 146/2000

Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto. (09/03/2000)

Avenida Irmão Roberto Giovanni, 209 – Bairro do Desterro - CEP. 13700-000

Casa Branca – SP. Fone: (19) 3671-4383



ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO.

Art. 1º. O LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI é uma associação civil de direito privado, com personalidade jurídica de acordo com as leis vigentes, com fins cívicos e filantrópicos, de assistência e desenvolvimento social e cultural, que funcionará por tempo indeterminado. Não possuem suas atividades quaisquer fins lucrativos e seus dirigentes não recebem qualquer remuneração. Sua sede e foro jurídico localizam-se em Casa Branca, Estado de São Paulo, na Avenida Irmão Roberto Giovanni, 209, Bairro do Desterro, com personalidade jurídica distinta da de seus associados, fundada em 29 de agosto de 1994. Seu Estatuto Social tem validade para todos os fins legais com número ilimitado de associados. A Associação não faz distinção alguma quanto à raça, cor, condição social, credo político ou religioso.

Parágrafo único: A Associação terá os seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Diretor Espiritual.

Art. 2º. São fins da Associação:

- I. Amparar e proteger, material, moral e culturalmente, de acordo com os recursos existentes, a criança e adolescente em situação de vulnerabilidade e risco, residentes no município de Casa Branca, SP, de cinco (05) a quinze (15) anos, admitidos pela entidade, segundo as necessidades dos mesmos;
- II. Proporcionar e oferecer, dentro de suas possibilidades, atividades de aprendizado informal, desenvolvimento de sua autonomia, preparando a criança e o adolescente para sua inserção na sociedade;
- III. Cooperar com outras entidades de assistência social, interagir com as redes sociais, educacionais, de saúde e lazer, com intuito de viabilizar recursos para melhoria de condições dos usuários e familiares;
- IV. Elaborar atividades que propiciem o fortalecimento de vínculos familiares de inclusão, desenvolvimento de cidadania, autonomia pessoal e habilidades de convívio social.

Parágrafo único: A Associação poderá prestar serviços na área da assistência e desenvolvimento social, sem fins lucrativos, atendendo crianças e adolescentes, assistidos em horário complementar à escola, de acordo com o número de vagas e verbas disponíveis para manutenção de atividades e projetos desenvolvidos pela associação, bem como atendimento a seus familiares, de inclusão e encaminhamentos a recursos existentes no município, além, de acompanhamento de caso, em horário de expediente da mesma e em reuniões mensais informativas, reflexivas e de interação.

X



LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI

CNPJ - MF: 00.243.723/0001-11

Associação de amparo e Proteção à Criança e ao Adolescente
Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 2294 (08-10-97)
Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.035 (10-07-98)
Conselho Nacional de Assistência Social Res. 146/2000
Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto. (09/03/2000)
 Avenida Irmão Roberto Giovanni, 209 – Bairro do Desterro - CEP. 13700-000
 Casa Branca – SP. Fone: (19) 3671-4383



§ 1º - Não poderão votar ou serem votados, salvo se também forem associados contribuintes e não pertencerem ao quadro de funcionários da Associação, os associados Fundadores, Benfeitores e Beneméritos.

§ 2º - Aos Associados Fundadores, Benfeitores e Beneméritos, é defeso a convocação da Assembléia Geral.

Art. 8º. São deveres dos Associados Contribuintes:

- I. Cumprir e procurar fazer cumprir fielmente as determinações estatutárias e as constantes dos regimentos, respeitando as decisões da Diretoria;
- II. Comparecer às Assembleias, participar e cumprir as suas determinações;
- III. Fomentar, por todos os meios ao seu alcance, o desenvolvimento e o progresso da Associação;
- IV. Auxiliar a Diretoria na execução de seu mandato e,
- V. Cumprir os compromissos assumidos para com a Associação, contribuindo pontualmente com as taxas estipuladas; o atraso de três (3) mensalidades consecutivas, sem justificativa, ensejará o seu desligamento do quadro de associados.

CAPITULO IV

DA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS CONTRIBUINTES.

Art. 9º. Será admitido como Associado, após a aprovação da Diretoria Executiva, pessoa física ou jurídica, sem distinção de cor, raça, condição social, credo político ou religioso.

Art. 10. A demissão do associado ocorrerá a pedido do próprio interessado, sem a necessidade de justificativa.

Art. 11. A Diretoria Executiva poderá excluir o associado contribuinte que:

- I. Causar prejuízo de qualquer natureza à Associação;
- II. For condenado por crime infamante, com sentença transitada em julgado;
- III. Tornar-se indigno de pertencer ao quadro social;
- IV. Usar o nome da associação em benefício próprio e,
- V. Infringir este Estatuto ou o Regimento Interno.

Art. 12. Das sanções constantes deste capítulo caberá recurso fundamentado ao Conselho Deliberativo, em duas vias, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação pessoal do associado penalizado.

✓



SEDSAP2026006076DM

LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI

CNPJ - MF: 00.243.723/0001-11

Associação de amparo e Proteção à Criança e ao Adolescente

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 2294 (08-10-97)

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.035 (10-07-98)

Conselho Nacional de Assistência Social Res. 146/2000

Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto. (09/03/2000)

Avenida Irmão Roberto Giovanni, 209 – Bairro do Desterro - CEP. 13700-000

Casa Branca – SP. Fone: (19) 3671-4383



§ 1º - O recurso poderá ser entregue na sede da Associação, na administração, que acusará o recebimento na segunda via e devolverá ao interessado.

§ 2º - O recurso será encaminhado ao Conselho Deliberativo que, após analisar o pedido terá o prazo de 10 (dez) dias após seu recebimento para decisão final.

§ 3º - O Conselho Deliberativo somente poderá negar seguimento ao recurso, por falta de fundamentação ou se interposto fora do prazo legal, notificando a parte interessada.

CAPITULO V

DA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 13. A Associação será administrada por uma Diretoria Executiva composta exclusivamente, por associados a que se refere o inciso II, *caput* do art. 5º deste Estatuto e conterà os seguintes cargos:

- I. Presidente
- II. Vice-Presidente
- III. 1º Secretário
- IV. 2º Secretário
- V. 1º Tesoureiro
- VI. 2º Tesoureiro

§ 1º - Os cargos acima descritos serão eleitos em Assembleia Geral em escrutínio secreto ou por aclamação.

§ 2º - No caso de vacância da Diretoria, a Associação continuará com suas atividades normais, devendo o Presidente do Conselho Deliberativo convocar Assembleia Geral Extraordinária para nomear uma Diretoria provisória que permaneça à frente da Associação até a eleição de nova Diretoria, devendo convocar nova eleição no prazo de 30 dias.

Art. 14. A Diretoria poderá deliberar validamente sempre que se reunirem pelo menos quatro (4) de seus membros, para a solução de assuntos que não dependam de Assembleia Geral.

Art. 15. Não poderão fazer parte da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Fiscal:

- I. Pai, mãe, filho e filha;
- II. Esposo, esposa, companheiro e companheira;
- III. Sogro, sogra, genro e nora;
- IV. Irmãos de qualquer natureza e,
- V. Cunhados, durante o cunhadio.



LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI

CNPJ - MF: 00.243.723/0001-11

Associação de amparo e Proteção à Criança e ao Adolescente
Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 2294 (08-10-97)
Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.035 (10-07-98)
Conselho Nacional de Assistência Social Res. 146/2000
Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto. (09/03/2000)
Avenida Irmão Roberto Giovanni, 209 – Bairro do Desterro - CEP. 13700-000
Casa Branca – SP. Fone: (19) 3671-4383



Art. 16. Compete a Diretoria Executiva:

- I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações das Assembleias Gerais;
- II. Cumprir, no que for aplicável, a legislação da União, do Estado e do Município;
- III. Organizar o Regimento Interno da Associação;
- IV. Propor à Assembleia Geral a reforma deste Estatuto;
- V. Nomear procuradores da Associação;
- VI. Aplicar penalidades previstas neste Estatuto, no Regimento Interno e na Lei;
- VII. Dirigir e administrar a Associação, praticar todos os atos necessários à sua manutenção e prosperidade;
- VIII. Resolver sobre admissão e demissão de associados;
- IX. Organizar anualmente e entregar ao Conselho Deliberativo, durante o mês de Janeiro, relatório de sua gestão, juntamente com o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais relatórios apurados através de Escrituração Contábil de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme previsão no parágrafo único do artigo 39;
- X. Ouvir o Conselho Fiscal sobre assuntos que envolvam questões legais de qualquer natureza, bem como lhe facilitar acesso a todos os livros da Associação, solicitando-lhe parecer sobre o balanço e julgamento das contas;
- XI. Promover arrecadação das mensalidades e de outras rendas, efetuando as despesas autorizadas pelo Conselho Deliberativo e previstas neste Estatuto;
- XII. Propor ao Conselho Deliberativo a nomeação de Associados Benfeitores e à Assembleia Geral, conjuntamente com o Conselho Deliberativo, de associados Beneméritos e,
- XIII. Fixar o valor mínimo das contribuições dos associados Contribuintes.

Art. 17. A Diretoria Executiva reunir-se-á uma vez por mês, ou a qualquer momento, por convocação de qualquer de seus membros, para tomar conhecimento dos negócios sociais e sobre eles deliberar, lavrando ata circunstanciada do que ocorrer durante a reunião.

Art. 18. A Vacância na Diretoria Executiva no decorrer do mandato será preenchida, obedecidas as seguintes disposições legais:

- I. Sendo a vaga de Presidente e, transcorrido mais da metade do período, assumirá o Vice-Presidente, que concluirá o mandato e,
- II. Sendo a vaga de Presidente e, transcorrido menos da metade do período, assumirá o Vice Presidente, que convocará eleições para o cargo vago, dentro de no máximo 30 (trinta) dias, com posse imediata.

Parágrafo único: Os demais cargos serão preenchidos conforme previsto no inciso II do artigo 22 deste Estatuto.

Art. 19. Compete ao Presidente:



SEDSCAP2026006076DM

LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI

CNPJ - MF: 00.243.723/0001-11

Associação de amparo e Proteção à Criança e ao Adolescente

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 2294 (08-10-97)

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.035 (10-07-98)

Conselho Nacional de Assistência Social Res. 146/2000

Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto. (09/03/2000)

Avenida Irmão Roberto Giovanni, 209 – Bairro do Desterro - CEP. 13700-000

Casa Branca – SP. Fone: (19) 3671-4383



- I. Representar a Instituição em Juízo e fora dele, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo para tanto nomear advogado, outorgando-lhe procuração com cláusula *ad judicium*;
- II. Convocar Assembleia Geral e as reuniões da Diretoria Executiva, mandando executar as suas decisões;
- III. Solucionar os casos de urgência, levando-os ao conhecimento da Diretoria Executiva;
- IV. Autorizar o pagamento de débitos, mediante “visto” nos documentos;
- V. Sempre em conjunto com o 1º Tesoureiro, abrir contas em bancos, requisitar talonários de cheques, emitir cheques, autorizar débitos, receber e passar recibos, endossar cheques, firmar contrato, assinar escrituras e documentos do interesse da Associação, assessorado pelo Primeiro Secretário.
- VI. Em caso de empate das decisões da Diretoria Executiva, dar o seu voto de qualidade, além do de quantidade.

Parágrafo único: Ao Vice-Presidente, compete auxiliar o Presidente, substituindo-o em todos os seus impedimentos, quando devidamente convocado.

Art. 20. Compete ao 1º Secretário:

- I. Dirigir todo o expediente da Secretaria da Associação;
- II. Ter sob sua guarda os Livros da Associação;
- III. Lavrar e subscrever as atas das reuniões da Diretoria Executiva e,
- IV. Expedir e assinar juntamente com o Presidente toda a correspondência e demais documentos.

Parágrafo único: Ao 2º Secretário, além de substituir o 1º Secretário em seus impedimentos, fica-lhe reservada à incumbência de auxiliar os trabalhos da Secretaria, bem como encarregar-se dos arquivos e fichário de associados da associação.

Art. 21. Compete ao 1º Tesoureiro:

- I. Ter sob sua guarda a responsabilidade de todos os valores em espécie, pertencentes à Associação;
- II. Apresentar e organizar balancetes mensais e anuais;
- III. Passar recibos de todas as importâncias recebidas pela associação;
- IV. Nomear e fiscalizar cobradores;
- V. Organizar, no fim de cada período, relatório ao Presidente, anexando Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais relatórios apurados através de Escrituração Contábil em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme previsão no parágrafo único do artigo 39;
- VI. Efetuar o pagamento das despesas previamente autorizadas pelo Presidente;
- VII. Depositar em nome da Associação, em estabelecimentos bancários indicados pela



LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI

CNPJ - MF: 00.243.723/0001-11

Associação de amparo e Proteção à Criança e ao Adolescente

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 2294 (08-10-97)

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.035 (10-07-98)

Conselho Nacional de Assistência Social Res. 146/2000

Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto. (09/03/2000)

Avenida Irmão Roberto Giovanni, 209 – Bairro do Desterro - CEP. 13700-000

Casa Branca – SP. Fone: (19) 3671-4383



- VIII. Assinar cheques e outros documentos financeiros juntamente com o Presidente;
- IX. Providenciar a cobrança das mensalidades dos associados contribuintes, devendo para tal fim, ter um livro de registro de todos os associados com data de admissão dos mesmos e,
- X. Comunicar a diretoria os nomes dos associados em atraso no pagamento das mensalidades.

Parágrafo único: Compete ao 2º Tesoureiro auxiliar o 1º Tesoureiro, quando for necessário, bem como substituí-lo em seus impedimentos.

CAPÍTULO VI

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 22. A Assembleia Geral é o órgão supremo da Associação, e será constituída de associados contribuintes “quites” com os cofres da Associação e no pleno gozo de seus direitos estatutários, podendo ser:

- I. Ordinária: Para apreciar, anualmente, o relatório de atividades sociais e econômicas da Associação e proceder, nas épocas próprias, a eleição e posse da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;
- II. Extraordinária: Para tratar de assuntos urgentes, apreciando, exclusivamente, os que motivaram a sua convocação e,
- III. Aplicar penalidades e cassar mandatos do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal.

§ 1º - As convocações das Assembleias Gerais far-se-ão por editais fixados na Sede da Associação e publicados na imprensa local ou em mídias sociais, com o prazo mínimo de cinco dias entre a publicação e a sua realização.

§ 2º - As Assembleias Gerais serão realizadas em primeira convocação, com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos associados, e, em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos com o número de seus associados presentes com direito a voto, salvo nos casos dos artigos 41 e 52 do Estatuto e, para destituição de membros da Diretoria Executiva, cuja exigência é de, no mínimo de 2/3 (dois terços) dos associados votantes em primeira convocação, ou, após 30 (trinta) minutos, 1/3 (um terço), no mínimo, em segunda convocação.

§ 3º - As deliberações serão tomadas pela maioria simples dos associados presentes, com direito a voto, para as questões regimentais e internas e, por maioria de 2/3 (dois terços) para destituir membros da Diretoria Executiva, observando-se o parágrafo anterior.

1/



SEDSCAP2026006076DM

LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI

CNPJ - MF: 00.243.723/0001-11

Associação de amparo e Proteção à Criança e ao Adolescente

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 2294 (08-10-97)

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.035 (10-07-98)

Conselho Nacional de Assistência Social Res. 146/2000

Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto. (09/03/2000)

Avenida Irmão Roberto Giovanni, 209 – Bairro do Desterro - CEP. 13700-000

Casa Branca – SP. Fone: (19) 3671-4383



§ 4º - A Assembleia Geral será presidida por uma Mesa constante de 1 (um) presidente e 1 (um) Secretário e por mais membros se assim decidir a Assembleia.

§ 5º - Para a Mesa da Assembleia Geral Extraordinária, o Presidente e o Secretário serão os membros do Conselho Deliberativo e, na falta destes, por seus substitutos legais.

§ 6º - As deliberações da Assembleia Geral poderão ser tomadas, por aclamação, por voto a descoberto ou por voto secreto, conforme deliberação da mesma Assembleia.

§ 7º - Não serão aceitas procurações nas Assembleias Gerais.

§ 8º - Antes da Abertura da Assembleia, os associados presentes assinarão o livro de presença.

§ 9º - Ao final dos trabalhos o Presidente, Secretário e mais 2 (dois) membros presentes assinarão a respectiva ata.

Art. 23. Compete a Assembléia Geral:

- I. Eleger ou destituir os membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal;
- II. Aprovar a reforma dos Estatutos;
- III. Deliberar sobre a nomeação de Associados Beneméritos;
- IV. Deliberar sobre a concessão a Associado de todas as categorias, de Diplomas ou Títulos em reconhecimento aos serviços prestados a Associação e,
- V. Deliberar sobre alienação, oneração ou aquisição de bens de raiz ou títulos, na forma deste Estatuto;

Parágrafo único: Não poderá a Assembleia Geral tratar de assuntos estranhos aos constantes do edital de sua convocação, sob pena de nulidade.

CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 24. O Conselho Deliberativo, soberano em suas resoluções é o órgão de manifestação da vontade dos associados, na forma deste Estatuto, excluídas as atribuições da Assembleia Geral.

Art. 25. O Conselho Deliberativo compõe-se de 7 (sete) membros efetivos eleitos pela Assembleia Geral.

Art. 26. Compete ao Conselho Deliberativo:

- I. Emitir parecer sobre Relatório da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- II. Julgar os atos e recursos interpostos contra atos da Diretoria Executiva;
- III. Decidir sobre gastos extraordinários da Diretoria Executiva, quando ultrapassarem o



LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI

CNPJ - MF: 00.243.723/0001-11
Associação de amparo e Proteção à Criança e ao Adolescente
Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 2294 (08-10-97)
Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.035 (10-07-98)
Conselho Nacional de Assistência Social Res. 146/2000
Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto. (09/03/2000)
Avenida Irmão Roberto Giovanni, 209 – Bairro do Desterro - CEP. 13700-000
Casa Branca – SP. Fone: (19) 3671-4383



- IV. Autorizar a Diretoria Executiva a contrair empréstimo e,
- V. Propor à Assembleia Geral a intervenção na Administração Geral da Associação, quando houver descumprimento do Estatuto.

Art. 27. O Conselho Deliberativo reunir-se-á:

I. Ordinariamente:

- a. No primeiro trimestre de cada ano, para deliberar sobre os relatórios da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e,
- b. De dois em dois anos para, através de seus membros efetivos eleitos em Assembleia Geral, procederem à eleição do seu Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.

II. Extraordinariamente:

- a. Por convocação do seu Presidente;
- b. Por solicitação da Diretoria Executiva;
- c. Por convocação do Conselho Fiscal e,
- d. Por convocação de 1/3 (um terço) dos seus próprios membros.

Art. 28. As reuniões do Conselho Deliberativo serão convocadas mediante aviso aos Conselheiros, no mínimo com cinco dias de antecedência.

Art. 29. Só serão validas as deliberações tomadas com o voto da maioria dos Conselheiros.

Art. 30. O Conselho Deliberativo será composto dos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, eleitos por seus membros na forma do artigo 27º, inciso I, alínea “b”.

CONSELHO FISCAL

Art. 31. O Conselho Fiscal será formado, no mínimo por 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes, eleitos em Assembleia Geral, juntamente com os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo.

§ 1º - A prestação de contas da Diretoria Executiva retirante antecede a eleição da nova Diretoria Executiva.

§ 2º - Havendo pendências, a sua regularização será promovida pela nova Diretoria Executiva, apurando-se as responsabilidades.



LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI

CNPJ - MF: 00.243.723/0001-11

Associação de amparo e Proteção à Criança e ao Adolescente

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 2294 (08-10-97)

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.035 (10-07-98)

Conselho Nacional de Assistência Social Res. 146/2000

Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto. (09/03/2000)

Avenida Irmão Roberto Giovanni, 209 – Bairro do Desterro - CEP. 13700-000

Casa Branca – SP. Fone: (19) 3671-4383



Art. 32. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Analisar e emitir parecer sobre o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais relatórios apurados através de Escrituração Contábil em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme previsto no inciso IX e parágrafo único do artigo 16, e sobre as contas da Diretoria Executiva, para apreciação do Conselho Deliberativo e da Assembleia Geral;
- II. Levar ao conhecimento da Assembleia Geral eventuais irregularidades observadas na administração da Associação;
- III. Requerer a convocação de Assembleia Geral, junto ao Conselho Deliberativo, para deliberar sobre a demissão de parte ou de toda a Diretoria Executiva e,
- IV. Nomear advogado ou comissão de advogados para assessoramento de matérias específicas relacionadas com suas atribuições de consultoria.

DIRETOR ESPIRITUAL

Art. 33. O Diretor Espiritual tem a função de orientar e manter a espiritualidade e o carisma da Associação.

Art. 34. Compete ao Diretor Espiritual:

- I. Orientar a espiritualidade dos usuários, familiares e funcionários, promovendo retiros, palestras e intercedendo pela Associação e,
- II. Resguardar o carisma do Patrono e incentivar as atividades da Associação, preservando o nome e a memória daquele que motivou a fundação da Associação.

§ 1º - O Diretor Espiritual será sempre o Pároco da Paróquia Nossa Senhora do Desterro onde se encontra os restos mortais do patrono da associação ou outro sacerdote ou diácono indicado pelo mesmo, da mesma paróquia.

§ 2º - O Diretor Espiritual é isento do pagamento de Contribuição ou Taxa a qualquer título.

§ 3º - Os direitos e deveres do Diretor Espiritual são os regulamentados no Capítulo III, Dos Direitos e Deveres dos Associados Contribuintes, deste Estatuto.

CAPITULO VII

DAS ELEIÇÕES E POSSES

Art. 35. O mandato da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, podendo haver reeleições.



SEDSCAP2026006076DM

LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI

CNPJ - MF: 00.243.723/0001-11

Associação de amparo e Proteção à Criança e ao Adolescente

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 2294 (08-10-97)

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.035 (10-07-98)

Conselho Nacional de Assistência Social Res. 146/2000

Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto. (09/03/2000)

Avenida Irmão Roberto Giovanni, 209 – Bairro do Desterro - CEP. 13700-000

Casa Branca – SP. Fone: (19) 3671-4383



Art. 36. As eleições realizar-se-ão na segunda quinzena do mês de Setembro, pela Assembleia Geral Ordinária.

Art. 37. O voto será secreto e pessoal, ou por aclamação.

Art. 38. A posse da Diretoria Executiva será dada pelo Presidente do Conselho Deliberativo, na Assembleia Geral que se realizará na mesma data da eleição.

CAPITULO VIII

DOS BENS PATRIMONIAIS

Art. 39. O patrimônio da Associação será constituído de móveis, imóveis, utensílios, veículos, semoventes, títulos de créditos, contribuições de associados, donativos em dinheiro em espécie, auxílios oficiais ou subvenções de qualquer natureza.

Parágrafo único: Para fins de controle patrimonial, a Associação manterá Escrituração Contábil de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, cujos serviços profissionais deverão ser realizados por Contador ou por Escritório Contábil, devidamente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 40. A Associação poderá receber doações e legados condicionais, sempre que for de interesse da mesma.

Art. 41. A modificação do patrimônio por venda ou permuta somente poderá ser feita mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, que for convocada para este fim específico com a presença de pelo menos 1/3 (um terço) de seus associados votantes.

CAPITULO IX

DA REFORMA DO ESTATUTO

Art. 42. Este Estatuto Social só poderá ser alterado ou reformado, no todo ou em parte, por Assembleia Geral convocada especialmente para essa finalidade, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com ao menos 1/5 (um quinto) nas convocações seguintes, exigindo-se, ainda, o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes.

CAPITULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



SEDSCAP2026006076DM

LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI

CNPJ - MF: 00.243.723/0001-11

Associação de amparo e Proteção à Criança e ao Adolescente

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 2294 (08-10-97)

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.035 (10-07-98)

Conselho Nacional de Assistência Social Res. 146/2000

Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto. (09/03/2000)

Avenida Irmão Roberto Giovanni, 209 – Bairro do Desterro - CEP. 13700-000

Casa Branca – SP. Fone: (19) 3671-4383



Art. 43. Os recursos advindos dos Poderes Públicos deverão ser aplicados dentro do município da sede da Associação, ou, no caso de haver unidades prestadoras de serviços a ela vinculados, no âmbito do Estado de São Paulo.

Art. 44. A Associação não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma.

Art. 45. A Associação não remunera, concede vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, aos seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

Art. 46. As receitas, rendas, rendimentos ou eventual resultado operacional da Associação serão aplicados integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, prestando serviços, diretamente, a população em situação de vulnerabilidade, na área da assistência e desenvolvimento social.

Art. 47. A Associação não se constitui de patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias, Associações de classe ou de Sociedade sem caráter beneficente de assistências social.

Art. 48. A Associação presta serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela.

Art. 49. O regime jurídico do pessoal, não incluídos Diretoria, Conselheiros, Associados, Benfeitores e Instituidores, é o da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 50. Não participarão da Diretoria e dos Conselhos, pessoas físicas com mandato eletivo ou pessoas jurídicas dos Poderes Públicos, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal.

Art. 51. As subvenções sociais, dotações orçamentárias ou quaisquer recursos recebidos dos Poderes Públicos Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal não poderão ser destinados ao pagamento de pessoal, salvo as não vinculadas.

Art. 52. A associação LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI, será dissolvida quando se tornar impossível a continuação de suas atividades, o que poderá ocorrer por decisão de no mínimo 1/3 (um terço) dos associados votantes em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, com aprovação mínima de 2/3 (dois terços) dos votos.

Art. 53. Em caso de dissolução ou extinção, a Associação destinará o eventual patrimônio remanescente a Entidade Beneficente Certificada, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, dotadas de personalidade jurídica com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no município de Casa Branca, e,



LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI

CNPJ - MF: 00.243.723/0001-11

Associação de amparo e Proteção à Criança e ao Adolescente

Declarada de Utilidade Pública Municipal – Lei 2294 (08-10-97)

Declarada de Utilidade Pública Estadual – Lei 10.035 (10-07-98)

Conselho Nacional de Assistência Social Res. 146/2000

Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto. (09/03/2000)

Avenida Irmão Roberto Giovanni, 209 – Bairro do Desterro - CEP. 13700-000

Casa Branca – SP. Fone: (19) 3671-4383

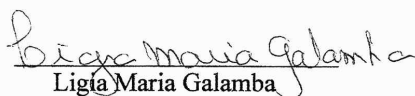


Art. 54. Na eventualidade deste Estatuto tornar-se inexecutável ou desatualizado, a Diretoria deverá, no prazo peremptório de 30 (trinta) dias, convocar Assembleia Geral Extraordinária, com o escopo único de promover as necessárias mudanças, nomeando-se uma comissão encarregada dos estudos necessários.

Art. 55. Este estatuto entrará em vigor a partir da data de seu registro em Cartório.

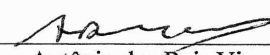
Casa Branca, 27 de novembro de 2024

Diretoria Executiva:

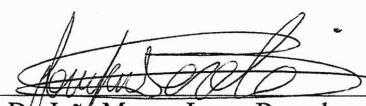

Ligia Maria Galamba
1º Secretário


Maria Aparecida Serafim
Presidente

Conselho Deliberativo:


Antônio dos Reis Vian
1º Secretário


Matilde de Lourdes Dias
Presidente do Conselho Deliberativo

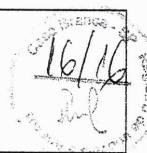

Dr. João Marcos Lance Boscolo
Advogado – OABSP. nº. 327461



SEDSCAP2026006076DM



OFICIAL DE REG. DE TÍTULOS E DOCS. E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
CASA BRANCA - SP
Rua São Bento, 144 - Centro - CEP-13700-000 - Tel. (19) 3674-0581
CNPJ-50.073.667/0001-92 e-mail: cartorio.cb@uol.com.br
Oficial: PAULO ROBERTO OLIVEIRA CARRARA



RECIBO DE REGISTRO DE TÍTULO
PESSOA JURÍDICA

RECEPÇÃO : **1673**
APRESENTANTE : **LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI**
INTERESSADO : **LAR IRMÃO ROBERTO GIOVANNI**
NATUREZA : **ATA**

PRENOTAÇÃO: **1673**

Certifico que o presente título foi protocolado sob nº **1673** no livro **B-8** do Protocolo de Registro Civil de Pessoa Jurídica em **02/12/2024**, tendo sido praticados os atos abaixo em **03/12/2024**.

Descrição	Obs.	Cert.	Oficial	Estado	S. Faz.	R. Civil	T. Just.	I. Mun.	M. Púb.	TOTAL
AV. 18 - R. 112 de 03/12/2024 -Lv. A-2 Fls.	Ata Alteração de Estatuto									
			118,11	33,58	22,98	6,22	8,10	5,90	5,67	200,56
MICROFILME										
			7,61	2,17	1,49	0,40	0,52	0,38	0,37	12,94
TOTAIS			125,72	35,75	24,47	6,62	8,62	6,28	6,04	213,50

GUIA: **049/2024**

Valor do depósito: **R\$ 213,50**

Título **QUITADO**

Recebi a importância total especificada, devendo este documento fazer parte integrante do título.

CASA BRANCA, 03 DE DEZEMBRO DE 2024.

Assinatura
Sel. Juliano dos Santos Vercellino
Substituto do Oficial

PELO INTERESSADO

Recebi a 1ª via do presente recibo, com o título devidamente formalizado.

Casa Branca, ____ / ____ / ____.

Ass.: _____

Nome: _____

End.: _____



Para verificar o conteúdo integral do documento,
acesse o site da
Corregedoria Geral da Justiça:
<https://selodigital.tjsp.jus.br>



Autenticado com senha por: MARIA APARECIDA SERAFIN - 19/01/2026 às 14:46:51
Documento N°: 4406158A5822167 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/4406158A5822167>



SEDSCAP2026006076DM